

**SOLICITAÇÃO DE PAINEL DE INSPEÇÃO DO BANCO
INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E
DESENVOLVIMENTO - BANCO MUNDIAL, PARA O PROJETO
DE REASSENTAMENTO DOS ATINGIDOS PELA
HIDRELÉTRICA DE ITAPARICA (BIRD 2883-1)**

Ao Painel de Inspeção do Banco Mundial
Banco Internacional pela Reconstrução e Desenvolvimento - Banco Mundial,

Nós, camponeses compulsoriamente deslocados pela construção da barragem de Itaparica representados pelo Pólo Sindical do Subinédio São Francisco, vimos requerer ao Painel de Inspeção do Banco Mundial que recomende aos Diretores Executivos uma investigação sobre a execução do Projeto de Reassentamento para as famílias atingidas. O referido Projeto é financiado pelo BIRD, tendo como mutuário a ELETROBRÁS, empresa estatal brasileira, e como executora a Companhia Hidrelétrica do São Francisco - CHESF, responsável pelas obras da barragem e pelo reassentamento da população.

O Projeto de Reassentamento, fruto de uma intensa luta empreendida pelos atingidos, pretendia compensar as irreveráveis perdas culturais, econômicas, sociais e ambientais que essa população camponesa sofreu com o deslocamento compulsório. Pretendia portanto elevar a qualidade de vida dessas pessoas proporcionando moradia, educação, saúde e meios para a produção. Constava da implantação de 110 Agrovilas, com infraestrutura de saúde e educação, e seis projetos de irrigação, totalizando 19.512,5 hectares. Um projeto que deveria deixar a população em melhores condições de vida do que antes da construção da barragem.

Atendia, portanto, as preocupações expressas pelo Banco Mundial que afirma: *"se o reassentamento compulsório é inevitável, a política do Banco exige formulação e o financiamento de um plano de reassentamento, para assegurar que as*

reassentadas tenham oportunidades de desenvolvimento que melhorem, ou pelo menos restaurem, os níveis de vida que tiveram antes do projeto" (OD 4.30/1990). Por outro lado, a experiência acumulada acerca dos impactos adversos irreversíveis provocados pela construção de barragens já é de amplo conhecimento do Banco que os analisa e normatiza no "Environmental assessment sourcebook", Vol 1, Cap. 3 (Problemas sociais e culturais na análise ambiental) e no Vol. 3, Cap. 10 (Projetos Hidrelétricos), bem como na Operational Directive-OD

4.01/1991, que incorporou as orientações contidas na OD 4.00/1989 (Anexo B-Environmental Policy for Dam and Reservoir Projects) estabelecendo a obrigatoriedade de estudos ambientais e a elaboração de programas de supervisão, de monitoramento e de mitigação dos impactos para a construção e operação de barragens.

Porém o Projeto de Reassentamento de Itaparica não tem atendido ao objetivo de promover a melhoria das condições de vida dos atingidos, desconsiderando as políticas e normas do agente financiador, o BIRD. Os dados a seguir comprovam o exposto.

Quase dez anos depois do deslocamento compulsório da população, apenas 35 % dos projetos de irrigação (6.800 ha) estão implantados, 34% estão em construção (6.600 ha) e 31% (6.000 ha) encontram-se ainda em fase de estudos (Anexo A);

Dos 35% dos sistemas de irrigação em funcionamento, grande parte apresenta problemas técnicos de operação e manutenção;

A comunidade indígena Tuxá (município de Rodelas) encontra-se reassentada, mas sem condições de produção, já que o sistema de irrigação prometido continua em fase de estudos;

O atraso na implantação e operação dos projetos de irrigação tem contribuído para o aumento da violência dentro das comunidades, ao alcoolismo e a desintegração familiar (como já era assinalado em 1991 pelo the World Bank and the Environment in Brazil: a Review of Selected Projects, May 3, 1991, Operations Evaluation Department.)

Assim quase dez anos depois do deslocamento compulsório, os resultados do Projeto de Reassentamento tem levado a que significativa parcela da população beneficiária encontre-se em condições de produção e reprodução social inferiores às anteriores à construção da Hidrelétrica de Itaparica.

O Pólo Sindical do Submédio São Francisco e a Hidrelétrica de Itaparica

O Pólo Sindical do Submédio São Francisco foi criado em 1979, constituindo-se como uma organização de trabalhadores rurais para defesa dos direitos dos camponeses perante a CHESF.

A proposta inovadora de articulação de um pólo de sindicatos de trabalhadores rurais, que passava a atuar para além das fronteiras municipais, teve grande

expressão no Submédio, São Francisco, pois ali, a luta contra os efeitos negativos da construção da Hidrelétrica de Itaparica unificou posseiros, arrendatários, pequenos agricultores sem-terra da região.

Assim, o Pólo Sindical foi-se configurando como uma articulação diante da questão da barragem de Itaparica, consolidando-se como mediador dos atingidos frente à CHESF ao Banco Mundial e ao poder local. Ao longos anos organizou centenas de manifestações, algumas reunindo mais de cinco mil pessoas, petição, seminários, enfrentamentos, e lutas relacionadas aos efeitos sociais e ambientais da barragem.

A CHESF construiu a Barragem de Itaparica no rio São Francisco, na fronteira dos estados da Bahia e de Pernambuco. A barragem inundou cerca de 834,0 Km² e deslocou compulsoriamente mais de 40.000 pessoas. No entanto, a empresa não planejou previamente o que fazer com esta população, apesar das experiências dramáticas dos casos das barragens de Sobradinho e Moxotó, ambas na mesma bacia hidrográfica (Anexo B).

O Pólo Sindical passou a pressionar a empresa no sentido da obtenção de reassentamento com irrigação para a população deslocada, o que foi conseguido com a assinatura do Acordo entre o Pólo Sindical e a CHESF em 1986 (Anexo C), que obrigava a empresa a reassentar a população camponesa em agrovilas e terrenos com irrigação.

Quando do início da operação de Itaparica em 1988, a CHESF ainda dava seus primeiros passos em direção ao atendimento das demandas acordadas com os atingidos. Somente depois do financiamento do Projeto de Reassentamento e Irrigação encaminhado pela Eletrobrás - CHESF ao Banco Mundial, a problemática começou a ser efetivamente encaminhada.

Assim, o Banco Mundial teve significativa importância no atendimento às demandas da população compulsoriamente deslocada, não somente como financiador das obras mas como co-idealizador dos projetos de reassentamento e irrigação.

Os Projetos do Banco Mundial no Vale do Rio São Francisco, o financiamento para a Barragem e para o Reassentamento de Itaparica

O Banco Internacional pela Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) - Banco Mundial vem apoiando projetos no Vale do rio São Francisco, nordeste do Brasil. Segundo relatório do Departamento de Avaliação de Operações, (OED) do BIRD,

esses projetos beneficiaram milhões de nordestinos com o aumento da oferta de energia elétrica, mas, por outro lado, deslocaram compulsoriamente cerca de 170.000 pessoas, que requereram soluções de reassentamento que foram encaminhadas de forma diferenciada (The World Bank and the Environment in Brazil: a Review of Selected Projects, May 3, 1991, Operations Evaluation Department).

Assim, se por um lado alguns desses projetos visavam a produção de energia hidrelétrica a partir de grandes barragens (Anexo D), outros buscavam mitigar os “ impactos negativos ” do deslocamento populacional e mesmo, promover social e economicamente uma população rural empobrecida.

Com efeito, o Banco Mundial proveu fundos para o Setor Elétrico brasileiro por meio de empréstimo a Eletrobrás, aprovado em 1986, quando a construção da barragem de Itaparica era uma das maiores prioridades do Setor, o que indubitavelmente assinala a responsabilidade do Banco com os efeitos socioambientais causados pelo projeto (The World Bank and the Environment in Brazil: a Review of Selected Projects, May 3, 1991, Operations Evaluation Department).

Mas não somente, representantes da CRESF afirmaram em um seminário de avaliação conjunta com o Banco Mundial que *O Plano de desocupação da área do reservatório (de Itaparica), submetido ao Banco Mundial e iniciado em 1986, gerou tensões sociais de tal ordem que o Banco, para conceder um importante empréstimo setorial à Eletrobrás, exigiu a formulação de uma política para o reassentamento provocado de populações* (Aspectos Ambientais de Projetos Co-financiados pelo Banco Mundial: lições para o futuro, org. Alencar Soares de Freitas e Pedro Ribeiro Soares, IPEA/146, Brasília, 1994, a partir das conclusões dos estudos feitos pelo OED do Banco Mundial) (Anexo E).

Assim, as responsabilidades do Banco Mundial em relação ao Projeto de Reassentamento de Itaparica vem a partir de dois fatores: a barragem foi parcialmente financiada por um empréstimo setorial ao Setor Elétrico e o reassentamento, seguindo as recomendações da avaliação do Banco, foi também financiado (The World Bank and the Environment in Brazil: a Review of Selected Projects, May 3, 1991, Operations Evaluation Department).

O Banco Internacional pela Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) - Banco Mundial mais recentemente financiou a conclusão do Projeto de Reassentamento de Itaparica em um montante de US\$ 100.000.000,00 (cem. milhões de dólares), de um total de US\$ 271.700.000,00 (duzentos e setenta e um milhões e setecentos

mil dólares), tendo desembolsado US\$ 93.500.000,00 (noventa e três milhões e quinhentos mil dólares) até o presente momento (Anexo F).

O Projeto de Reassentamento de Itaparica é, na verdade, um projeto de reassentamento e irrigação para cerca de 6 mil famílias de camponeses, a população rural deslocada compulsoriamente com a construção da hidrelétrica e com o enchimento de seu reservatório.

A área e a população diretamente afetadas pela Barragem de Itaparica

os municípios baianos de Glória e Chorrochó tiveram áreas agricultáveis inundadas, povoados realocados e populações reassentadas. Em Rodelas (estado da Bahia), 71 % da população do município foi atingida, além de sofrer a inundação da sede municipal, de povoados e áreas agricultáveis. Curaçá e Paulo Afonso (Bahia) não tiveram áreas inundadas; contudo, Curaçá abrigou um grande projeto de reassentamento, recebendo atingidos de Chorrochó, Rodelas e Belém do São Francisco.

A margem pernambucana foi mais atingida pela inundação de suas terras, representando mais que o dobro da área inundada na margem baiana. Itacuruba, Petrolândia, Belém do São Francisco e Floresta tiveram parte de suas terras inundadas. Em Itacuruba a perda de terras significou 27% da área do município e, em consequência, 65% da população foi prejudicada. Petrolândia, o segundo mais atingido, teve 9% de sua área e 27% de sua população deslocada. Orocó e Santa Maria da Boa Vista, apesar de não sofrerem inundação, receberam considerável número de atingidos, reassentados em projetos de irrigação (Anexo G).

Os projetos de irrigação

Os projetos de irrigação localizam-se nos municípios de Glória, Rodelas e Curaçá - no estado da Bahia, e Petrolândia, Orocó e Santa Maria da Boa Vista - no estado de Pernambuco. O tamanho dos lotes é de 1,5 a 8 hectares, conforme descrição sumária a seguir.

Borda do Lago de Itaparica - Bahia: engloba os municípios de Glória e Rodelas, com área total de 1.747,5 hectares e 547 lotes de 1,5 a 6 hectares; está dividido em três sub-áreas: Glória, Rodelas e Itaquiara.

Borda do Lago de Itaparica - Pernambuco: no município de Petrolândia, com área total de 5.712 hectares e 1.723 lotes de 1,5 a 6 hectares, é composto de duas sub-áreas; Barreiras e Icó-Mandantes.

Brígida - Projeto Especial: no município de Orocó, com área total de 1.501,5 hectares, 429 lotes de 1,5 a 6 hectares e dez agrovilas.

Pedra Branca - Projeto Especial: no município de Curaçá, com área total de 2.466 hectares, 706 lotes de 1,5 a 6 hectares e 19 agrovilas.

Caraíbas - Projeto Especial: no município de Santa Maria da Boa Vista, com área total de 5.605,5 hectares, 1.603 lotes de 1,5 a 6 hectares e 47 agrovilas.

Apolônio Salles - Projeto Especial: no município de Petrolândia, com área total de 880 hectares, e 101 lotes de 8 hectares. É o único projeto que os reassentados residem no próprio lote e não em agrovilas.

Reassentamento dos índios Tuxá foi efetivado, com a divisão da comunidade em dois grupos, um realocado no município de Ibotirama (94 famílias) e outro de Rodelas (96 famílias).

Há ainda o Projeto Jusante em fase de elaboração Localizado no município de Glória, abrange uma área de 1.600 hectares, parcelada em 580 lotes (Anexo H).

Os problemas com o reassentamento e com os projetos de irrigação

O Projeto de Reassentamento de Itaparica não tem atendido aos objetivos mais gerais de promover a melhoria das condições de vida da totalidade dos atingidos O nem vem acompanhando as políticas e normas do agente financiador, o BIRD - Banco Mundial.

O descompasso entre o andamento do plano de reassentamento e a implantação da infra-estrutura produtiva tem gerado altos custos sociais, como o aumento da criminalidade, ociosidade da população e o excessivo consumo de álcool nas agrovilas (Aspectos Ambientais de Projetos Co-financiados pelo Banco Mundial: Lições para o futuro, org. Alencar Soares de Freitas e Pedro Ribeiro Soares, IPEA/146, Brasília, 1994, a partir das conclusões, dos estudos feitos pelo OED do Banco Mundial), o que também ocorre com parte da continuidade indígena Tuxá.

Os resultados da produção nos projetos em funcionamento indicam as dificuldades de obtenção de renda pelos produtores para a sustentação econômica e financeira dos projetos de irrigação.

Dados recentes da CODEVASF (dezembro de 1995 e agosto de 1996) mostram, que as produtividades alcançada *foram muito baixas nas diversas culturas, ficando muito abaixo das programadas* e da média de outros perímetros de irrigação da região (RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA NOS PROJETOS DE IRRIGAÇÃO DO SISTEMA ITAPARICA - JAN. - JUN./96 –CODEVASF/GEEP) (Anexo I).

Os dados desse quadro revelam a existência de limitações naturais quanto a formação dos solos escolhidos para parte significativa dos projetos de irrigação, mostrando que os reassentamentos somente serão viáveis, com a geração de um padrão tecnológico condizente que potencialize os fatores de produção, ou então, em algumas áreas, com a mudança do local escolhido para a irrigação.

Mas, além das limitações naturais, há também problemas de ordem técnica e operacional.

Algumas das agrovilas construídas encontram-se em plena deterioração, em virtude da não utilização de materiais apropriados, com é o caso de Itaquiara (município de Rodelas), Borda do Lago - Bahia.

Os projetos de irrigação em funcionamento apresentam importantes problemas nos sistemas de irrigação instalados, tais como: a excessiva demanda de energia elétrica para a operação, o que pode tornar inviáveis, a produção de diversas culturas tradicionais da região; falhas no processo de instalação dos sistemas que tem causado a rápida deterioração dos equipamentos; equívocos nas análises técnicas preliminares que vêm provocando dificuldades na irrigação de toda a área preparada; sinais de erosão dos solos e silinização que mostram, a insustentabilidade do sistema do ponto

de vista ambiental; material de baixa qualidade utilizado nos sistemas de irrigação, o que resulta em perdas significativas de sua vida útil.

Há importantes sinais da ocorrência de má utilização dos recursos, ou mesmo da existência de desvio de verbas para outras obras, o que explica os custos "excessivos" por família assentada: 63 mil dólares, reconhecido pela CHESF e questionado por técnicos do Banco Mundial (Aspectos Ambientais de Projetos

Co-financiados pelo Banco Mundial: Lições para o futuro, org. Alencar Soares de Freitas e Pedro Ribeiro Soares, IPEA/146, Brasília, 1994, a partir das conclusões dos estudos feitos pelo OED do Banco Mundial) (Anexos E e J).

Assim, o reassentamento e os projetos de irrigação não tem conseguido recompor as condições sociais e econômicas de produção e reprodução de parte significativa da população que compulsoriamente deixou as terras mais férteis do Vale do São Francisco. Parte da população continua sem as mínimas condições de produção agrícola, depois de quase dez anos do deslocamento compulsório. E parte dos que já estão produzindo, começam a verificar que os projetos de irrigação foram mal planejados e executados, fazendo com que não tenham sustentabilidade econômica e ambiental. A execução do projeto não atendeu às suas especificações técnicas, o material utilizado nos sistemas de irrigação é muitas vezes de baixa qualidade e parte deles já necessita de reparo imediato.

Em virtude do exposto, acreditamos que o BIRD - Banco Mundial, como instituição financiadora, tem responsabilidade pelo atual estado do projeto por omissão, por não supervisionar e monitorar a contento o andamento da implantação dos reassentamentos e dos sistemas de irrigação. Obviamente o Banco Mundial não é o único responsável, já que o governo brasileiro, a Eletrobrás e a CHESF são mutuários e executores da obra. Mas, o BIRD tem sua importante parcela de responsabilidade por ter financiado a obra sem fazer com que os organismos mutuários e executores atendessem às suas políticas de reassentamento e de trato com populações compulsoriamente deslocadas por barragens.

As denúncias ao Banco Mundial

As preocupações da população compulsoriamente deslocada foram apresentadas ao Banco Mundial – assim como a organismos do governo brasileiro - em diversas ocasiões. Os dirigentes do Pólo Sindical de diferentes períodos, lembram da realização de, no mínimo, uma média três reuniões anuais com representantes do Banco Mundial em Petrolândia e outras áreas atingidas, sobre os problemas dos reassentamentos e dos sistemas de irrigação.

Destas reuniões e contatos, apenas alguns poucos foram registrados por meio de documentos, como por exemplo:

Reunião com representantes do BIRD em 1991, em Petrolândia, sobre a necessidade de mais recursos e denunciando o desvio de material das obras dos reassentamentos (Anexo K).

Em fevereiro de 1992, representantes do Pólo Sindical reuniram-se com dirigentes do Banco Mundial em Washington, para discutir meios de apoio do Banco à conclusão da implantação dos sistemas de irrigação (Anexo L).

O Ofício 136/93, de 18 de novembro de 1993, do Pólo Sindical para o Banco Mundial, inicia com a seguinte afirmação: *Com o presente queremos informar-lhes sobre a situação atual dos Reassentamentos de Itaparica, que nos parece altamente preocupante. Gostaríamos, ainda, de chamar atenção para a responsabilidade que o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento tem para com os reassentados atingidos pela barragem.* O documento continua narrando o processo de Reassentamento de Itaparica e as dificuldades encontradas naquele momento em sua implantação, como por exemplo: os problemas com os atrasos na entrega das obras, a questão do alto custo da energia, e defeitos técnicos na implantação. O BIRD respondeu dia 15 de dezembro do mesmo ano, por meio de uma carta do Chefe da Divisão de Operações Ambientais e Agrícolas Departamento I, afirmando que *os problemas específicos indicados na (...) carta tem sido matéria de ampla discussão com a CHESF e a CODEVASF durante a nossa última missão de supervisão.*

Banco está programando uma missão para o próximo mês de março de 1994, para dar seguimento às ações acordadas. Apesar da espera causada pela carta do BIRD efetivamente nada foi resolvido (Anexo M).

Em 1994, o Coordenador do Pólo Sindical remeteu carta ao Sr. Lewis Preston, então Presidente do Banco Mundial, em que afirmou: *Em carta enviada recentemente ao Banco Mundial por fax, alertamos que a sua entidade está correndo o risco de apoiar uma política, que o próprio Sr. está criticando. Por negligência técnica ou outros motivos, os sistemas de irrigação implantados ou planejados não correspondem, de maneira alguma, com as necessidades mínimas: os sistemas apresentam sérias falhas e defeitos técnicos que, em pouco tempo, podem inviabilizar a produção; A eficiência do sistema está muito abaixo do nível aceitável econômico.. ; (...), A CHESF não resolveu ainda o pré-requisito fundamental para o funcionamento de um sistema de irrigação, principalmente no semi-árido: a drenagem. No Projeto Nilo Coelho (Petrolina, CODEVASF), tem muitas terras já salinizadas, por falta de drenagem ou drenagem deficiente; Custos muito altos.. segundo laudo técnico evidencia: "claramente que o agricultor reassentado não terá suficiente capacidade de pagamento através dos ingressos gerados pela produção agrícola em seu lote" (Consórcio Itaparica, Junho 1993, 4-03).; Nos projetos do Borda do Lago estão sendo implantados sistemas com espaçamento dos aspersores de 15 em 15 metros, o que é válido em*

condições de laboratório, mas não com velocidades de vento de 10 metros por segundo ou mais. Conseqüência é que até 50% da área não se irriga devidamente. O coordenador conclui a carta exortando o Banco Mundial a agir em favor do projeto: Chamamos, mais uma vez a atenção do Sr. para este descaso cínico, para que o Banco Mundial realmente assuma sua responsabilidade para com as famílias atingidas pela barragem, e para que nós não passemos fome, no futuro, vítimas de uma política equivocada, política que o próprio BIRD condena publicamente. (Anexo N).

O Ofício 13/95, de 24 de janeiro de 1995, do Pólo Sindical para o Banco Mundial, envia cópias de documentos que tratam de solicitações do Pólo Sindical feitas à CHESF e à CODEVASF no sentido de apressar a conclusão dos sistemas hidráulicos e dos projetos de Reassentamento, buscando assim não repetir os erros de outros momentos. (Anexo O).

No dia 24 de setembro de 1996 aconteceu uma reunião do Pólo Sindical com dois representantes do Banco Mundial, que acompanham o projeto. Na reunião foram discutidos os problemas com os reassentamentos e os projetos de irrigação e, principalmente, as pendências existentes nos projetos que inviabilizam o processo produtivo dos mesmos. A posição dos representantes do Banco, apesar de simpáticas ao Pólo Sindical, demonstraram que a instituição financeira não pretende um maior envolvimento com a continuidade do projeto (anexo Memória Reunião com o Banco Mundial, 24/09/96). (Anexo P).

Ofício 133/96 do Pólo Sindical para ao Banco Mundial, solicitando apoio do BIRD para um programa de pesquisa que busque encontrar soluções para os problemas tecnológicos em relação aos assentamentos e projetos de irrigação (Anexo Q).

Como foi visto anteriormente, em resposta às solicitações e denúncias, o Banco Mundial, apesar da disponibilidade de muitos de seus dirigentes e técnicos, não logrou fazer com que a CHESF executasse suas diretrizes de reassentamento, nem tampouco conseguiu supervisionar e monitorar a contento a implantação e operação dos projetos de irrigação, o que levou, a que até o presente momento o projeto esteja inconcluso e com sérios problemas de funcionamento, caracterizando-se a omissão.

As demandas ao Painel de Inspeção do Banco Mundial

Assim, diante situação e da omissão acima descritas, que afetam materialmente nossos interesses requeremos ao Painel de Inspeção que recomende aos Directores Executivos do Banco Mundial uma investigação sobre o assunto, para que medidas cabíveis sejam tomadas com vistas à solução dos problemas. Adiantamos que pretendemos que medidas sejam tomadas pelo Banco, como agente financiador, no sentido de corrigir os erros já cometidos que fazem com que grande parte da população reassentada ainda esteja sem condições efectivas de produção.

Além da intervenção do Banco Mundial frente ao governo brasileiro, solicitamos um novo financiamento do BIRD para assegurar a implementação das medidas a seguir listadas.

Implantação de estruturas de drenagem (marco e localizada), recuperação de solos, ajuste do sistema hidro-mecânico e instalação de campos de pesquisa agropecuária em todos os projectos de irrigação, para viabilizar a produção.

Definição de formas alternativas de subsídios para a energia eléctrica utilizada nos projectos de irrigação.

Construção das obras físicas e instalação de equipamentos (Centro de Armazenamento, mini-hospitais, etc.) nos núcleos principais de todos os projectos.

Criação de linhas de crédito especiais para custeio, investimentos e capital de giro.

Instalação de Estações Meteorológicas para o controle de dados climatológicos necessários ao manejo eficiente da irrigação.

Projeto Borda do Lago- Pernambuco (Bloco 2): reformulação total do projeto, incluindo, dentre outras, a transferência de agrovilas, redefinição e recuperação de lotes agrícolas, revisão do sistema de irrigação.

Projeto Icó-Mandantes, Borda do Lago - Pernambuco (Bloco 3): garantia de conclusão das obras hidráulicas e resolução dos problemas fundiários.

Projeto Itacuruba - Pernambuco, Projeto Jusante (Glória - Bahía), Projeto Barra do Tarrachil (Chorroché) e Projeto Itaquatiara (Rodelas): implantação total dos

projetos de irrigação que sequer foram iniciados, prejudicando uma população de cerca de 6.000 pessoas.

Projeto Caraíbas (Santa Maria da Boa Vista - Pernambuco): 80% do projeto está concluído, porém impedido de funcionamento por conta da não conclusão dos 20% restantes, prejudicando uma população de aproximadamente 11.000 pessoas, solicitamos a conclusão total do projeto.

Projeto Pedra Branca (Curaçá - Bahia): o projeto está funcionando integralmente, porém sem condições de escoamento da produção. Solicitamos a conclusão da BR 116, trecho Euclides da Cunha - trevo do Ibó e construção do trecho Curaçá - Barra do Tarrachil da BR - 110.

Projetos experimentais (Manga de Baixo, Glória 01 e Rodelas 02): recuperação econômica dos projetos.

Adiantamos que consideramos ser necessária uma Auditoria Internacional financeira e técnica do Projeto de Reassentamento e Irrigação de Itaparica. Auditoria financeira porque suspeita-se que houve desvio de recursos do projeto para outras obras. Auditoria técnica porque os sistemas de irrigação estão comprometendo a viabilidade da produção.

Tal como solicitado nas Normas Operacionais (Operational Procedures) do Banco Mundial, o pedido de Painel de Inspeção que encaminhamos é breve, mas nos colocamos à sua inteira disposição para quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Como somos uma organização da sociedade civil brasileira, autorizamos e solicitamos que este pedido, com seus anexos, seja tomado público. Aproveitamos a oportunidade para informar que enviamos uma cópia ao Escritório da Missão do Banco Mundial no Brasil, à Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento e Orçamento do governo brasileiro, à CRESF, à Eletrobrás, Câmara Federal e ainda, ao Senado Federal.

Nosso endereço para contato é o seguinte:

Pólo Sindical do Submédio São Francisco
Rua Dantas Barreto, 139
Petrolândia, Pernambuco.
Brasil.
Tel/fax: (081) 85 111 60

Bahia e Pernambuco (Brasil),
Área do Projeto de Reassentamento e Irrigação de Itaparica, 12 de março de 1997

Eraldo José de Souza, Coordenador Geral